Processo TC nº 013.687/2011-5
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde – FNS, em virtude da não comprovação da aplicação dos recursos financeiros transferidos pelo FNS ao Município de São Vicente Férrer/MA, na modalidade “fundo a fundo”, no exercício de 2003, e no período de outubro a dezembro de 2004, conforme Relatório de Auditoria nº 8215 do Departamento Nacional de Auditoria do SUS – DENASUS (p. 06-71, peça 1).

2. Na referida auditoria, o DENASUS assim descreveu a irregularidade motivadora da presente TCE (p. 18-20, peça 1):

“Os recursos provenientes do Ministério da Saúde destinados as ações de saúde para o Município de São Vicente Férrer no exercício de 2003 foi de R\$2.653.264,27 (dois milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, duzentos e sessenta e quatro reais e vinte e sete centavos). No período de outubro a dezembro de 2004, foram destinados recursos aos Agentes Comunitários de Saúde e estratégia Saúde da Família no valor de R\$ 166.260,00 (cento e sessenta e seis mil, duzentos e sessenta reais) totalizando R\$ 2.819.524,27 (dois milhões oitocentos e dezenove mil, quinhentos e vinte e quatro reais e vinte e sete centavos) os quais não foram comprovados através de empenhos, ordens de pagamento, notas fiscais e recibos, contrariando os parágrafos 1º e 2º, artigo 63 da Lei nº 4.320/1964 e parágrafo 2º, artigo 36 do Decreto nº 93.872/1986.

Em resposta aos Comunicados de Auditoria nºs 01 e 02, o Secretário Municipal de Saúde informou pelo Ofício nº 013, de 12/06/2009 que a documentação solicitada não foi encontrada nos arquivos da Prefeitura Municipal por tratar-se da gestão anterior.” (sem negritos no original)

3. Foi arrolada como responsável pelo débito a Sra. Maria do Livramento Mendes Figueiredo, então prefeita municipal de São Vicente Férrer/MA.

4. Regularmente citada, a responsável apresentou suas alegações de defesa, conforme documentação integrante das peças 18/32. Dada a oportunidade para que apresentasse elementos probatórios complementares aos constantes das suas alegações de defesa, a responsável optou por não complementar a sua defesa.

5. Após a rejeição das preliminares levantadas e análise dos documentos apresentados pela responsável com objetivo de demonstrar a aplicação dos recursos do SUS, a unidade técnica manifesta-se pela rejeição das alegações de defesa, propondo que as contas sejam julgadas irregulares, com a condenação em débito da responsável e aplicação da multa estabelecida no art. 57 da Lei nº 8.443/92.

6. Este representante do Ministério Público concorda, em essência, com a proposta de mérito apresentada pela unidade técnica. Entretanto, diverge do valor a ser imputado como débito para a responsável.

7. Observo que o motivo para a instauração da presente TCE foi a ausência de documentos comprobatórios da aplicação dos recursos do SUS repassados pelo FNS no exercício de 2003 e no período de outubro a dezembro de 2004, no valor total de R\$ 2.819.524,27.

8. Em sua defesa, a responsável apresentou parte da documentação com intuito de demonstrar a aplicação dos recursos. Fazem parte dos documentos apresentados, além dos extratos bancários, empenhos, ordens de pagamentos, recibos, notas fiscais e folhas de pagamento.

9. A unidade técnica analisou os documentos, fazendo inclusive a correspondência entre os empenhos, ordens de pagamentos e comprovantes, com os cheques constantes dos extratos bancários das respectivas contas. O quadro resumo de peça 33 apresenta as informações consolidadas.

10. Entretanto, sob o argumento de que *“os documentos utilizados para a comprovação do desembolso dos recursos (ordens de empenho e pagamento) são dotados de pouca força probatória em relação ao aspecto financeiro”*, a unidade técnica rejeita as alegações de defesa afirmando não poder estabelecer o nexo entre os desembolsos e os documentos apresentados.

Continuação do TC nº 013.687/2011-5

11. Com as devidas vênias, não compartilho dessa conclusão.

12. Normalmente, quando se fala em regular aplicação dos recursos recebidos, está-se referindo, entre outros aspectos, à existência denexo de causalidade entre esses recursos recebidos e o objeto em que ele foi aplicado. Esse nexo é estabelecido com a existência de documentos que demonstram que tal recurso foi aplicado em tal objeto. Os principais documentos que se prestam a demonstrar esse nexosão: notas de empenho; ordens de pagamento; recibos e notas fiscais; extratos bancários e cheques.

13. Estes documentos são justamente os que foram apresentados pela responsável em sua defesa. Não obstante abrangerem apenas parte do período e do valor total questionado, o quadro resumo de peça 33, cuja soma é de R\$ R\$ 1.535.778,16, permite fazer a vinculação do recurso do SUS às despesas demonstradas. Nele podemos observar nota de empenho e ordem de pagamento indicando o favorecido, o cheque e a conta bancária que suportou o pagamento.

14. Com estas considerações, este representante do MP/TCU manifesta-se de acordo com a proposta de mérito apresentada pela unidade técnica, no sentido de que as contas da responsável sejam julgadas irregulares, divergindo apenas no que se refere ao montante da condenação, propondo o abatimento da quantia de R\$ 1.535.778,16, referente às despesas comprovadas pela documentação apresentada, conforme quadro resumo de peça 33.

Ministério Público, em novembro de 2014.

(Assinado eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral